Paradise Watch

Luanda Leaks



AFRIKA SÜD

Conteúdo

03 Preso a meio caminho
As Luanda Leaks mostram a extensão da corrupção sob o regime dos Santos em Angola. O foco da política anti-corrupção do novo presidente é até agora principalmente dirigido à família do seu predecessor.
Por Lothar Berger.

06 A princesa empreendedora
A filha do ex-presidente Isabel dos Santos assume o centro das atenções dos Luanda Leaks.
Mas o banco estatal de fomento alemão KfW está envolvido nos negócios também.
Por Daniel Düster.

13 Expulsos por um resort de praia
Os residentes de uma aldeia piscatória perderam o seu lar por causa de um projecto de Isabel dos Santos.
Por Will Fitzgibbon.

17 A potência da segunda linha
O ex-vice-presidente Manuel Vicente e dois generais pilharam o estado através de uma gigantesca rede de lavagem de dinheiro.
Por Daniel Düster.

25 «A Alemanha é um centro de lavagem de dinheiro na Europa»
Daniel Düster falou com o Eurodeputado Sven Giegold sobre a práctica da lavagem de dinheiro na União Europeia.

Tradução do alemão: Ilma Novaes

Paradise Watch: Luanda Leaks
afrika süd-Dossier
Bonn, Agosto de 2020
Redacção: Lothar Berger (V.i.S.d.P.), Daniel Düster
Editora:
Angola-Runde deutscher Nichtregierungsorganisationen
c/o informationsstelle südliches afrika e.V. (issa),
Königswinterer Str. 116, 53227 Bonn
Tel.: 0228-464369, Email: www.issa-bonn.org,
www.afrika-sued.org
Apoiado por Brot für die Welt e Misereor (Alemanha).
A editora é a única responsável pelo conteúdo aqui publicado.
Imagem da capa: Isabel dos Santos 2017; Foto: Nuno Coimbra
Gráfico: Jan Philipp Huss
Layout: Nikolai Link

Dramatis Personae



Fontes de Informação sobre Luanda Leaks:

- Luanda Leaks, an ICIJ Investigation
  International Consortium of Investigative Journalists
  https://www.icij.org/investigations/luanda-leaks/
- Süddeutsche Zeitung
  Luanda Leaks, Themenüberblick
  https://www.sueddeutsche.de/thema/Luanda_Leaks
- Maka Angola
  Portal Anticorrupção de Rafael Marques:
  https://www.makaangola.org/en/
- Khadija Sharife and Mark Anderson, How Angolan Elites Built a Private Banking Network to Move Their Riches Into the European Union
  Organized Crime and Corruption Reporting Project (OCCRP), 13. April 2020
  https://www.occrp.org/en/investigations/how-angolan-elites-built-a-private-banking-network-to-move-their-riches-Into-the-european-union

Preso a meio caminho

Em 715.000 documentos - e-mails, contratos e memorandos - os «Luanda Leaks» mostram como empresas ocidentais e consultores de serviços profissionais ajudaram a construir e manter o império do ex-presidente de Angola José Eduardo dos Santos e seu clã familiar.



Os Luanda Leaks despertaram muito interesse por parte da mídia internacional.

Na era da digitalização é espantoso o número de escândalos e acções criminosas no mundo da política, economia e finanças que foram descobertos nos últimos anos. Houve os Panama Papers de 2016 e, um ano depois, os Paradise Papers, que trouxeram documentos confidenciais sobre paraísos fiscais e lavagem de dinheiro à imprensa. Vieram de milhões de documentos de escritórios de advocacia, cuja divulgação fez cair muitos políticos e homens de negócios.

O delator por detrás

E há sempre corajosos delatores e jornalistas de investigação por trás destas revelações. Durante muitos anos, o jornalista angolano Rafael Marques expôs e denunciou meticulosamente os negócios ilegais da família no poder, do presidente de longa data José Eduardo dos Santos, arriscando a sua vida no processo. Mais tarde, em Janeiro de 2020, depois da sucessão de João Lourenço a dos Santo, uma bomba explodiu em um centro de detenção em Portugal: o hacker e denunciante português Rui Pinto, que durante anos operava sob o pseudónimo «John» e que foi o principal informante por trás dos «Football Leaks» de 2015, anunciou através dos seus advogados que era também o delator por trás dos chamados «Luanda Leaks» - 715.000 documentos que mostram, entre outras coisas, como a filha do então presidente de Angola, Isabel dos Santos foi capaz de se tornar a mulher mais rica de África.

Pinto esteve detido em prisão preventiva em Portugal desde 21 de Março de 2019, após ter sido preso na Hungria e extraditado com base em um mandado de captura internacional. A 8 de Abril de 2020 foi colocado sob prisão domiciliária na sequência de um acordo com as autoridades policiais portuguesas. Não lhe é permitido o acesso à Internet. Ele continua à espera de ser reconhecido como delator e de lhe ser aplicada a directiva europeia contra a lavagem de dinheiro para que possa cooperar com as autoridades na luta contra a corrupção como homem livre.

No final de 2018, Pinto tinha vazado os dados armazenados num disco rígido externo para a «Plataforma para a Protecção dos Delatores em África» (Plateforme de protection des lanceurs d'alerte en Afrique, PPLAAF), uma plata-



Presidente angolano desde 2017: João Lourenço. Foto: Olaf Kosinsky / cc: by.sa 3.0-de

forma de denúncias de irregularidades com sede em Paris que partilhou a informação com o Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos (ICIJ). Durante um ano, o ICIJ trabalhou em conjunto com 36 parceiros de comunicação social e mais de 120 jornalistas de 20 países para avaliar os documentos. Na Alemanha, os canais de televisão públicos NDR, WDR e o jornal Süddeutsche Zeitung fazem parte do consórcio de investigação, os quais publicaram os resultados como «Luanda Leaks» em referência à capital de Angola.

Cleptocracia sob dos Santos

Angola é uma das sociedades mais desiguais do mundo e foi um dos países mais corruptos da África durante a era dos Santos. Foi classificada em 14º lugar entre os países mais corruptos do mundo pela Transparency International. Apesar da retórica socialista do antigo movimento de libertação MPLA que se tornou mais tarde o partido no poder, o país evoluiu para uma cleptocracia capitalista na qual, de acordo com uma revisão de 2011 do FMI, «operações quase fiscais» da companhia petrolífera estatal Sonangol resultaram em uma perda de nada menos do que 32 mil milhões de dólares, os quais não apareciam nas contas orçamentais oficiais.

As operações duvidosas de biliões de dólares de Isabel dos Santos e seus associados incluem mais de 400 empresas em 41 países, das quais quase 100 foram criadas em paraísos fiscais como Malta, Maurícias e Hong Kong. Por vezes sem conta estas empresas tinham sido beneficiadas de contratos públicos em Angola além de numerosos empréstimos. Como resultado das revelações, o poder judicial angolano abriu investigações sobre a apropriação indevida de fundos estatais, congelou as contas de Isabel dos Santos e do seu marido Sindika Dokolo e confiscou acções da empresa. A justiça angolana estima que filha do ex-presidente tenha se apoderado de mais de um bilião de dólares americanos procedentes das empresas estatais do país.

No escândalo também se encontram grandes empresas de consultoria, auditoria e advocacia, que aconselharam dos Santos sobre como construir redes empresariais intransparentes e transferir os seus bens para paraísos fiscais. Luanda Leaks provam o apoio activo da Boston Consulting, PwC, KPMG e outras grandes e conhecidas empresas de em Malta, Portugal e Suíça eoutros. Portugal, a antiga potência colonial, é vítima e cúmplice da ganância de Isabel dos Santos. Diz-se que ela tem participação em 22 empresas e negócios portugueses.

O alegado suicídio do banqueiro português Nuno Ribeiro da Cunha, director do pequeno banco privado EuroBic, mostra como a reacção foi nervosa em Lisboa. Ribeiro da Cunha era o braço direito de Isabel dos Santos tratando dos seus negócios em Portugal. O corpo do banqueiro foi encontrado na garagem da sua casa em Janeiro de 2020. A morte de Ribeiro da Cunha aconteceu na época em que a Procuradora Geral de Portugal, Lucília Gago se encontrava com o seu colega angolano Hélder Pitta Grós em Lisboa para trocar informações sobre a investigação em Luanda contra Isabel dos Santos. Um tribunal em Lisboa ordenou agora a retirada preventiva de 26% das acções da empresa portuguesa de telecomunicações NOS. As acções são propriedade de Isabel dos Santos e estão avaliadas em 441 milhões de dólares americanos.

Lourenço como reformador?

Costuma dizer-se que vassouras novas varrem bem: Para Angola, que foi saqueada durante as décadas do domínio da família dos Santos, resta saber se as novas vassouras irão varrer melhor. Quando José Eduardo dos Santos escolheu o ministro da defesa João Lourenço como seu sucessor no lugar do vice-presidente Manuel Vicente - antigo chefe da empresa petrolífera estatal Sonangol - ou do seu filho Filomeno «Zénu» dos Santos - que também na época entrou em cena - foi assumido tanto na política local como no estrangeiro que o propósito de dos Santos era colocar um político fraco afim de que continuasse a manipular o poder por trás. Neste sentido, José Eduardo dos Santos, antes da sua retirada do poder, também rapidamente se assegurou por vários decretos que ele e os altos generais seriam poupados de posteriores acusações. Lourenço foi eleito vice-presidente do partido em Agosto de 2016, torn-

ando-se assim automaticamente candidato presidencial. Finalmente sucedeu ao Presidente dos Santos um ano mais tarde como vencedor das eleições de 23 de Agosto de 2017. Ao contrário das expectativas, não se limitou às habituais promessas de desenvolvimento, progresso e melhoria da saúde e educação, também surpreendeu com uma vigorosa abordagem à corrupção. O novo presidente depôs cerca de 300 pessoas no sector público e empresas estatais, e distanciou-se cada vez mais do pessoal do seu antecessor na formação do governo e subsequentes remodelações do gabinete.

Por mais surpreendente que tenha sido a vontade do novo presidente de combater a corrupção, logo se tornou claro que as investigações prescritas se destinavam exclusivamente a dos Santos e à sua comitiva. O despedimento ordenado de Isabel dos Santos como chefe da Sonangol em Novembro de 2017 e o subsequente confisco dos seus bens foi apenas o caso mais espectacular na destituição da antiga elite da família dos Santos. Lourenço pôde contar com o apoio do FMI, com o qual conseguiu finalmente negociar um empréstimo de 3,7 mil milhões de dólares para salvar o seu tesouro e economia pilhados os quais também tinham sido atingidos pela queda dos preços do petróleo- do colapso final. Contudo, o foco no clã dos Santos também alimentou a suspeita de que o presidente queria construir a sua própria rede de patrocínio. No mais tardar com a sua eleição como presidente do MPLA em Setembro de 2018, Lourenço conseguiu libertar-se do seu antecessor e reforçar a sua posição no seio do MPLA no poder.

Jlo, como o presidente é geralmente conhecido de forma abreviada, rapidamente adquiriu uma reputação de «terminador». Ao contrário do seu predecessor, ele atribue importância a ter uma modesta imagem pública. Ele insistiu que o seu rosto não deveria aparecer nas notas. Mas será que o país está realmente a mudar? Ou será que o «terminador» ficou preso a meio caminho? Críticos como Rafael Marques de Morais permanecem cépticos, apesar de algum alívio. Dizem que o governo tomou medidas rápidas contra determinadas partes do antigo regime, mas outras que estavam manchadas de corrupção permaneceram no poder. Uma amnistia para o dinheiro lavado depositado no estrangeiro não levou a qualquer devolução significativa de fundos ilegais.

Certamente, a reserva de políticos instruídos da qual Lourenço pode retirar os seus tecnocratas governamentais é pequena e muitos funcionários do antigo regime tiveram de ser retomados a cargo, mas a inviolabilidade de um Manuel Vicente, que com os seus companheiros de lavagem de dinheiro fez fortunas ainda maiores do que Isabel dos Santos (ver artigo pp. 17-24), mostra onde a política anticorrupção do presidente degenera em natureza cosmética. O antigo vice-presidente e ex-chefe de Sonangol, agora conselheiro especial de Lourenço em questões de petróleo e gás, foi acusado de corrupção e lavagem de dinheiro por procuradores públicos portugueses em 2018. Também é arguido de subornar um procurador de justiça a fim de impedir o julgamento no processo de lavagem de dinheiro contra ele. Lourenço insiste em um julgamento em Angola em vez de Portugal e acusa Lisboa de interferir na soberania de Angola. De chapéu na mão, o enfraquecido antigo poder colonial, Portugal, entregou o julgamento a Luanda. Aí, Vicente, tal como José Eduardo dos Santos, goza de cinco anos de imunidade de acção penal.

Uma política anticorrupção eficaz teria de ser dirigida contra a hegemonia do MPLA, que tem governado desde a independência. O partido «foi essencialmente o terreno fértil para aqueles que saquearam o país, e estas pessoas não foram eliminadas», diz Rafael Marques. O presidente deveria ter sido mais agressivo contra o MPLA. «Ele não pode ser um reformador salvando o partido e atirando migalhas de pão e falsas promessas ao povo». (Financial Times, 9 de Julho de 2019)

Isto, claro, realça o dilema: Em última análise, isto significaria para Jlo enfraquecer o seu próprio poder como presidente, já que, como ministro da defesa sob o governo dos Santos, teve a sua quota-parte de responsabilidade pela corrupção do regime. Não importa quantas monstruosidades possam ter sido trazidas à luz pelos «Luanda Leaks» e futuras investigação – no final, o povo angolano acabará por julgar o governo nas questões de comida, dinheiro e trabalho. Além disso o povo espera que o governo finalmente aborde o problema da odiada polícia e dos órgãos dos serviços secretos que estão a mostrar novamente a sua face sinistra no decurso das medidas contra o coronavírus.

Lothar Berger



Isabel dos Santos gostava de cultivar a sua imagem como uma empresária que se fez sozinha. Foto: N. Coimbra / cc: by-sa

A princesa empreendedora

IIsabel Dos Santos e o seu marido Sindika Dokolo acumularam uma fortuna ao longo dos anos através de práticas desleais. Empresas e bancos ocidentais fecharam os olhos e fizeram negócios lucrativos com a filha do presidente. Na Alemanha, o banco estatal de desenvolvimento (KfW) está envolvido neste negócio, que agora chegou ao público através dos Luanda Leaks – e uma empresa alemã de médio porte também se beneficiou do negócio.

Era simplesmente perfeito demais para ser verdade: Dinâmica, inteligente, bem-sucedida e, além disso, mulher e jovem - assim Isabel dos Santos foi frequentemente retratada nos últimos anos como um exemplo positivo de uma nova África. Ela própria também gostava de cultivar a sua imagem como uma bilionária que se fez sozinha. Falou com conhecimento e em inglês comercial impecável sobre desempenho, estrutura de mérito ou das perspectivas das economias africanas em painéis e congressos internacionais. „Se você trabalhar arduamente e estiver

determinado, será bem-sucedido, isso é o mais importante. Não acredito num caminho fácil para o sucesso". Com citações tão "inspiradoras", a mulher do blazer preto – o qual se tornou a sua imagem de marca - sempre deu a entender que tinha construído o seu império corporativo através da inteligência, trabalho árduo e determinação. E que isso era um resultado apreciável: De fato, a licenciada em engenharia eléctrica é, segundo a Forbes, a mulher mais rica de África, com um património líquido de ainda $1,5 bilhões de dólares, que foi o dobro há alguns anos. Juntamente com o seu marido Sindika Dokolo, empresário e coleccionador de arte, de origem congolesa-belga, possui acções de uma empresa de telecomunicações, uma cadeia de supermercados, uma fábrica de diamantes, uma empresa multimédia e vários bancos, para citar apenas alguns exemplos. Também geriu a mais importante fonte de divisas de Angola, a companhia petrolífera estatal Sonangol, durante quase 18 meses. Ela até fundou a sua própria marca de cerveja, mas falemos mais adiante sobre isso.

Será que ninguém havia reparado que o seu apelido „dos Santos" era o mesmo que o do presidente de longa data de Angola? Não, não era certamente segredo que o seu pai é José Eduardo dos Santos, o homem que autocraticamente governou Angola durante quase quatro décadas, de 1979 a 2017. Isabel nasceu na União Soviética em 1973, filha de uma geóloga azerbaijanesa e de um oposicionista angolano de carreira promissora, o qual era na época protegido pela URSS. Mas aparentemente poucos pareciam se importar que a astuta empresária construiu o seu império com a ajuda paterna, o qual tornou possível o seu sucesso em primeiro lugar. Uma das pessoas que se sentiram incomodadas com isto foi o conhecido jornalista investigativo angolano Rafael Marques de Morais, que desde cedo criticou a interligação do estado e dos negócios da família dos Santos. Pelo menos desde 2013 deveria ter sido claro para todos no âmbito internacional de que forma Isabel dos Santos conseguiu a sua fortuna. Nessa altura foi publicado um artigo na revista Forbes em que Rafael Marques e Kerry Dolan acusaram a „Primeira Filha" de corrupção: "No melhor que podemos rastrear", dizia a reportagem, "todo grande investimento angolano realizado por Isabel dos Santos decorre ou de tomar um pedaço de uma empresa que quer atuar no país ou de um golpe de caneta do presidente que a colocou no negócio." Após uma enorme pressão do governo angolano, a Forbes se distanciou publicamente de Marques e o acusou de mentir na primeira página do número seguinte da revista.

"Uma campanha orquestrada"

Isabel dos Santos, contudo, declarou que as acusações contra ela faziam parte de uma „campanha orquestrada pelo actual governo" contra a sua família. Numa entrevista com o jornal online português Observador, sublinhou a distinção entre pessoa e cargo em relação ao seu pai. Então, estamos a fazer-lhe uma injustiça e deveríamos, em vez disso, vê-la isolada do seu pai? Afinal de contas, não se pode escolher os próprios pais, mesmo que sejam privilegiados. Então, será que ela é apenas uma mulher de negócios talentosa que nasceu numa família influente por acaso, mas que ganhou a sua fortuna de forma autônoma, honesta e independente? Numerosos documentos mostram o contrário: aparentemente, o pai poderoso tem sido em várias ocasiões benevolente aos negócios da sua filha, que mostrou um grande talento para construir uma fachada deslumbrante e tirar o máximo partido dos seus bens. Em 2013, por exemplo, o pai José Eduardo dos Santos concedeu às empresas Urbinveste e Landscape, pertencentes à Isabel dos Santos, a licença para um gigantesco projecto de renovação urbana na capital Luanda, no valor de cerca de 1,3 bilhões de dólares. Os efeitos catastróficos deste projecto para muitos residentes locais são descritos no artigo „Expulsos para um resort de praia" (pág. 13-16) por Will Fitzgibbon do ICIJ -Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos. Além disso, o seu pai também a nomeou pessoalmente para a presidência da empresa petrolífera estatal Sonangol em 2016, perto do final da sua presidência. E por último, mas não menos importante, houve a concessão de uma licença à empresa de telemóveis Unitel, que é actualmente a empresa angolana com o maior volume de negócios e da qual Isabel dos Santos detém uma participação de 25%. Tudo isto faz com que a sua reivindicação de que o seu sucesso foi conseguido por conta própria parece extremamente frágil.

Licenças do papá

No entanto, o início da sua carreira fabulosa está no negócio dos diamantes. Em 1999, José Eduardo dos Santos fundou a Angola Selling Corporation e concedeu à empresa uma licença exclusiva para comercializar diamantes angolanos. Depois do petróleo, a exportação de diamantes é um pilar importante da economia angolana, e que teve especialmente grande impacto durante a guerra civil (1975-2002). O presidente transferiu então uma participação de 24,5% na Angola Selling Corp para uma empresa separada sob a gestão de Isabel dos Santos e da sua mãe.



A sede da Sonangol em Luanda. Foto: Dreamstime.com / Arqnunomiguelalmeida

Assim, com apenas 26 anos de idade já detinha um quarto de uma empresa semi-estatal monopolista sem qualquer experiência empresarial. Somente cerca de um ano mais tarde, segundo o ICIJ, o governo concedeu uma licença de telemóvel à Unitel, a empresa que Isabel dos Santos tinha fundado apenas pouco tempo antes. Esta licença provou ser extremamente lucrativa, uma vez que a Unitel tem agora uma quota de mercado de 90% em Angola e vendas anuais de 958 milhões de USD (a partir de 2018). Só entre 2006 e 2015, foram distribuídos aos accionistas dividendos de mais de 5 bilhões de dólares. Até há pouco tempo, 25% destes foram para Isabel dos Santos, e outros 25% para o General Leopoldino Fragoso do Nascimento, conhecido como Dino. Os restantes 50% foram divididos em partes iguais entre a operadora de telecomunicações brasileira Oi e a empresa petrolífera estatal Sonangol, que foi chefiada por Manuel Vicente de 1999 a 2012. Recentemente, em janeiro de 2020, a Sonangol adquiriu as acções brasileiras por 739 milhões de dólares, de modo que hoje a Sonangol representa 50% de todos os dividendos da Unitel. O papel de Leopoldino do Nascimento e Manuel Vicente é discutido em mais pormenor no artigo „O poder da segunda fila“ (pág. 17-24).

Nepotismo

No entanto, este caso evidente de tráfico de influência no que diz respeito à concessão de licenças não ficou sendo o único delito de Isabel dos Santos como accionista da Unitel. Em 2013, como membro do conselho de administração da Unitel, concedeu um empréstimo de 460 milhões de dólares a uma suposta sociedade holding chamada Unitel International Holdings. Esta empresa, sediada na Holanda, acabou por se revelar mais tarde uma sociedade "de fachada" de propriedade da própria Isabel dos Santos. Mas mesmo além da Unitel e do negócio dos diamantes, Papa dos Santos ajudou na carreira empresarial da sua filha primogênita: Assim, o pai apresentou Isabel dos Santos ao bilionário português Américo Amorim, o qual viria a se tornar um dos seus parceiros comerciais mais importantes. Amorim, agora falecido e outrora o homem mais rico de Portugal, assumiu a empresa de extração de cortiça dos seus pais e o geriu-com tanto sucesso que, com o tempo, foi capaz de se expandir para outros ramos de negócios tais como os sectores bancário, imobiliário e o de energia. Juntamente com Isabel dos Santos, Amorim fundou, por exemplo, o Banco BIC em 2005, o qual é hoje o terceiro maior banco de Angola gerando um capital de 4,2 bilhões de dólares. Até à sua morte em 2017 Amorim detinha 25% das acções, enquanto Isabel dos Santos ainda detém 42,5%.

Como conceder um empréstimo a si próprio

Mais tarde, os dois parceiros expandiram os seus negócios incluindo os sectores de produção de cimento, energia e o sector imobiliário. A fim de controlar toda a cadeia de fornecimento petrolífero „desde a produção até à bomba, incluindo as refinarias“, como disse orgulhosamente o seu marido Sindika Dokolo numa entrevista de rádio, fizeram um acordo com Amorim: Juntamente com a empresa petrolífera Sonangol, que estava indirectamente sob controlo estatal sob a gestão de Manuel Vicente, o Amorim fundou uma empresa de investimento que comprou um terço da rentável empresa portuguesa de energia Galp Energia. Ao Sindika Dokolo, o genro mais poderoso do país, foi atribuído um lugar no conselho de administração da empresa, dando à família dos Santos uma influência considerável.

Apenas um ano depois, a Sonangol vendeu 40% das suas acções à uma empresa de Dokolo, a sociedade de quotas suíça Exem Holding. Do preço de compra efectivo de 99 milhões de dólares, a Sonangol recebeu apenas 15 milhões como adiantamento da empresa Exem e concedeu generosamente os restantes 84 milhões como empréstimo. Este empréstimo ainda está pendente, valeria hoje cerca de 800 milhões de dólares. Este foi o primeiro grande negócio internacional de Isabel dos Santos e Sindika Dokolo e, ao mesmo tempo, a primeira grande fraude do casal. Tin-

ham conseguido tomar posse de uma peça suculenta de um negócio lucrativo e passar a conta ao povo angolano, aproveitando-se da principal fonte de rendimento do país, nomeadamente a Sonangol. Isto foi possível graças à mediação e ao patrocínio do pai e de um cúmplice em Portugal, neste caso Américo Amorim. Este padrão foi repetido em muitos outros negócios de Isabel dos Santos.

A disputa sobre a sucessão

Com o colapso dos preços do petróleo em 2014/2015, a economia angolana, extremamente centrada no petróleo, entrou em dificuldades levando ao governo a responder com repressão aos protestos reacesos no país. Nesta época, quando o governo do seu pai chegou ao fim após mais de um terço de século, levantou-se a questão do lugar que Isabel dos Santos ocuparia na nova ordem. Durante muito tempo, o herdeiro do Presidente ao trono foi o seu amigo íntimo Manuel Vicente. O facto de que este seu longo companheiro político ter deixado o seu posto principal na Sonangol em 2012 para se tornar vice-presidente alimentou a especulação correspondente. O irmão mais novo de Isabel dos Santos, José Filomeno dos Santos, foi também considerado um candidato promissor. Em uma entrevista, a antiga deputada socialista Ana Gomes suspeitava que a própria Isabel dos Santos já tinha na altura ambições de suceder ao seu pai e estava entrando em rivalidade com Manuel Vicente. Encaixa neste quadro que José Eduardo dos Santos atribuiu à sua filha uma posição-chave na economia angolana mesmo antes de o ex-ministro da defesa João Lourenço ter sido, para surpresa de todos, nomeado candidato presidencial do MPLA no final de 2016: Em junho de 2016, Isabel dos Santos assumiu o cargo de presidente da Sonangol.

Mais tarde ela fez questão de dizer que tinha sido escolhida apenas com base na sua experiência empresarial, com o objectivo de reformar a burocracia inchada. Talvez o velho autocrata José Eduardo dos Santos também tivesse esperado assegurar influência e impunidade para além do seu mandato activo, colocando os seus filhos e confidentes em posições importantes de controle e coordenação nos negócios, na política e no poder judicial. O seu filho José Filomeno, por exemplo, o qual se encontra actualmente detido em Luanda sob a acusação de branqueamento de capitais e corrupção, já tinha sido nomeado chefe do fundo petrolífero estatal FSDA de 5 bilhões de dólares em 2013. Sobre as ligações de Zénu - como o filho do presidente é geralmente conhecido - com os Paradise Papers, foi relatado no ano passado pelo "afrika süd" (entre outros no Dossier Paradise Watch 1-2019, Angola-Schweiz-Connection).

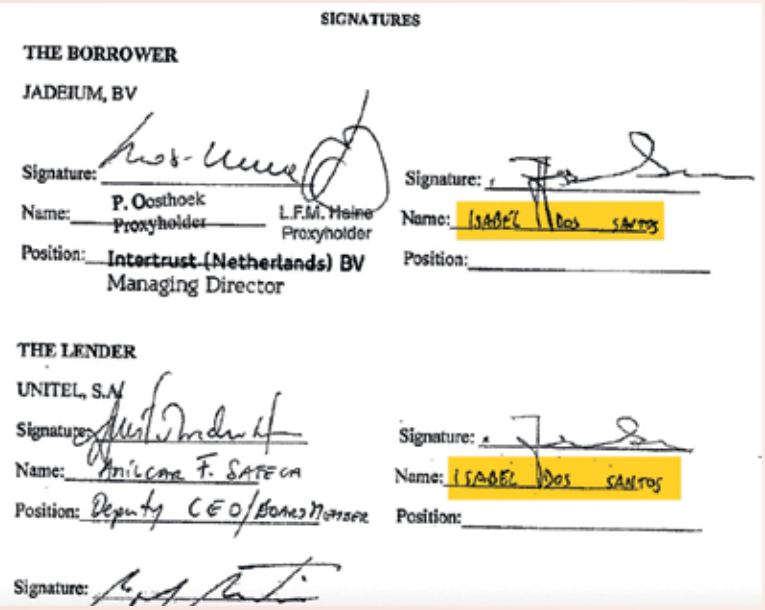
Amigas

Contudo, logo tornou-se claro que, ao contrário do que previa, o sucessor Lourenço não pretendia ser apenas um fantoche nas mãos de José Eduardo dos Santos. Quer a motivação para as suas acções acabasse por ser apenas estratégica, quer estivesse a tentar seriamente combater a corrupção desenfreada no país - no primeiro ano, o novo presidente varreu rigorosamente numerosos membros da família, além de lacaios e favorizados do antigo presidente para fora do cargo. A mais importante de todas foi sem dúvida Isabel dos Santos. Apenas algumas semanas após a tomada de posse de Lourenço, Isabel dos Santos foi forçada a demitir-se do seu posto na Sonangol, mas não sem uma "despedida apropriada": desta vez utilizou uma „empresa de consultoria" chamada Matter Business Solutions, que por acaso pertencia a uma parceira de negócios. A testa de ferro, uma portuguesa de 48 anos com o ilustre nome de Paula Cristina Fidalgo Carvalho das Neves Oliveira e uma formação profissional em consultoria de recursos humanos, estava em negócios com Isabel dos Santos desde 2009 e dirigia com ela, entre outras coisas, um restaurante chique em Luanda e uma empresa de avaliação de pessoal.



Bomba de gasolina à noite em Lubango. Foto: Petra Aschoff

A 7 de Novembro de 2017, cerca de uma semana antes da sua demissão pelo novo presidente, Isabel dos Santos, por



SIGNATURES

THE BORROWER

JADEIUM, BV

Signature:

Name: P. Oosthoek Proxyholder

L.F.M. Heine Proxyholder

Position: Intertrust (Netherlands) BV Managing Director

Signature:

Name: ISABEL DOS SANTOS

Position:

THE LENDER

UNITEL, S.A

Signature:

Name: Anilcar F. Safeca

Position: Deputy CEO/Board Member

Signature:

Name: ISABEL DOS SANTOS

Position:

Signature:

Um documento dos Luanda Leaks mostra que Isabel dos Santos assinou ao mesmo tempo como credora e devedora

sua vez, demitiu subitamente e sem aviso prévio a chefe da filial da Sonagol no Reino Unido, Maria Sandra Lopes Júlio. A esta agradeceu-se pela boa cooperação sendo até elogiada pelo seu bom desempenho - e substituída por uma cunhada de José Eduardo dos Santos. Maria Rodrigues, cujo irmão foi casado com a irmã do ex-presidente, disse ter assinado apenas um documento durante o seu mandato extremamente curto como chefe da Sonangol UK. Ela própria não se lembrava que documento era este, mas o Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos -ICIJ conseguiu provar que se tratava de uma autorização para um honorário de consultoria extremamente generoso de 38 milhões de dólares para uma determinada Matter Business Solutions no Dubai. A mesma empresa dirigida pela testa de ferro Paula Oliveira. Apenas uma semana depois, a 15 de Novembro de 2017, João Lourenço demitiu Isabel dos Santos do seu posto e com ela desapareceram também, nos seus últimos três dias de trabalho, 58 milhões de dólares mandados para Dubai sem nenhum concurso público.

Três meses mais tarde, Carlos Saturnino, o sucessor de Isabel dos Santos na Sonangol, fez sérias acusações contra a sua antecessora em uma conferência de imprensa: Denunciou remuneração excessiva, conflitos de interesses, evasão fiscal e um número excessivo de empresas de consultoria. Em apenas 18 meses, disse ele, um total de 135 milhões de dólares teriam sido pagos para 13 empresas de consultoria diferentes, entretanto com a maior fatia do bolo para a Matter Business Solutions. Entre as 13 empresas estavam quatro empresas que anteriormente tinham feito negócios com Isabel dos Santos e que agora eram recompensadas com taxas de consultoria excessivas: A PricewaterhouseCoopers (PwC), o Boston Consulting Group, a McKinsey & Co. e o escritório de advocacia Vieira de Almeida em Lisboa.

Partida sob lágrimas de crocodilo

No entanto, permaneceu como convidada bem-vinda em conferências, cimeiras e mesmo em universidades de elite, onde podia discursar como exemplo vivo de „Africa Rising“ e falar sobre as suas experiências empresariais. O Fórum Económico Mundial em Davos 2019 convidou-a a participar como oradora, mesmo depois que os Procuradores Públicos angolanos já haviam começado a tomar medidas legais contra ela - só pouco antes do início da conferência é que o convite foi retirado.

Desde a publicação da Luanda Leaks em janeiro deste ano, numerosas contas bancárias do outrora casal mais poderoso de Angola foram congeladas. A influência política do casal em Angola parece ter sido completamente corroída e Lourenço parece determinado a neutralizar a família dos Santos. O irmão de Isabel dos Santos está detido em prisão preventiva em Luanda e ela própria retirou-se para Londres e Portugal para escapar às acções judiciais em Angola. Muitos dos seus antigos companheiros, que até recentemente tinham ganho muito dinheiro com os seus negócios, estão agora a distanciar-se dela: „Chocado e pessoalmente desapontado“, sente-se, por exemplo, o CEO da gigante empresa consultora PwC, Bob Moritz. Isto depois da PwC ter se beneficiado anteriormente de compensações excessivas pagas por Isabel dos Santos em contratos de consultoria.

Algumas empresas internacionais, consultorias e bancos nunca tiveram receio de ter ligações com a filha bilionária do ditador dos Santos, já outras instituições e empresas distanciaram-se dela em uma fase precoce. O ICIJ conseguiu documentar que já em 2012 e 2013 os bancos Citigroup, Barclays, Intertrust, ING Bank e Santander se retiraram dos negócios com Isabel dos Santos e Sindika Dokolo. Até o Deutsche Bank, como queixou-se um consultor próximo ao Sindika Dokolo em uma mensagem confidencial,



Apenas uma reprimenda para o KfW

As últimas descobertas dos Luanda Leaks colocaram o banco KfW sob uma luz desfavorável. Como resultado, a facção do partido alemão, FDP, apresentou uma interpelação parlamentar ao Governo alemão no sentido de constatar quais regulamentos nacionais e europeus relativos a empréstimos existiam e por que nenhum controle mais rigoroso foi realizado naquele momento. Em sua resposta, o governo federal negou qualquer responsabilidade por parte do KfW-Ipex afirmando que este operava dentro da estrutura legal. A boa reputação da Krones AG como um „exportador respeitável" também teria contribuído para o facto de, naquela época, não se ter tido quaisquer apreensões. Declararam apenas que a partir de agora os beneficiários finais dos chamados empréstimos „on-lending" seriam também controlados. Além disso o representante do Governo Federal afirmou em uma reunião frente a banca examinadora parlamentar que já em Janeiro de 2020 os ministérios alemães de Economia e de Finanças , responsáveis pela supervisão do KfW, advertiram o KfW-Ipex a ir, onde fosse necessário, além dos requisitos legais nos controles na concessão de créditos tendo sempre em vista os riscos de cumprimento da lei (compliance) e o risco de reputação.

O Ipex prometeu usar o caso como uma oportunidade para examinar outras medidas. Assim, para além de "advertências paternas", o Governo Federal alemão tem até agora evitado medidas concretas ou requisitos legais para impedir que o KfW coopere com parceiros comerciais duvidosos no futuro. Neste contexto, o Eurodeputado do Partido Verde, Sven Giegold (veja entrevista) falou de uma violação flagrante do dever de supervisão e apelou a uma revisão abrangente de todas as operações estrangeiras do KfW desde o aperto das directrizes europeias sobre branqueamento de capitais de 2007.

No entanto, enquanto o governo federal alemão ainda tenta acalmar os ânimos, o judiciário alemão já está a intervir: Vários meios de comunicação informaram que a polícia e a procuradoria pública já estão investigando o KfW-Ipex por desfalque de fundos públicos e que já no inicio de Maio realizaram uma busca judicial nos escritórios do KfW-Ipex. Isso nutre a esperança de que a revelação dos Luanda Leaks não tenha sido em vão e de que também haverá consequências na Alemanha.

Por Daniel Düster



Marketing para ‚Luandina', a marca de cerveja de Isabel dos Santos

fechou as contas de Dokolo além de bloquear pagamentos quando atuaram como bancos correspondentes. Entretanto, como descoberto por uma equipa investigativa do jornal alemão Süddeutsche Zeitung, o Kreditbank für Wiederaufbau (KfW) - o banco de desemvplvimento alemão - não teve em 2015 qualquer receio em entrar em negócios com Isabel dos Santos.

"Não sei de nada"

Will Fitzgibbon do ICIJ relata que Isabel dos Santos já em 2014 possuía planos concretos para construir uma cervejaria em solo angolano. Para o efeito, contactou um fabricante de equipamento para a produção de cerveja e de engarrafamento da Alemanha. Este fabricante é a empresa cotada Krones AG da Bavaria. De acordo com o jornal Süddeutsche Zeitung, a Krones AG, uma empresa de médio porte, especializada na fabricação de máquinas e linhas para a produção, enchimento e embalagem de bebidas, já havia sido anteriormente activa em África. O jornal cita um representante comercial da empresa que tinha concordado com o negócio com Isabel dos Santos: Ele não tinha tido nenhuma objeção a um acordo com a filha do presidente. Pelo contrário, disse que as empresas são geralmente mais propensas a confiar nos familiares dos políticos poderosos, porque normalmente pagam de forma fiável.

Para finalmente tornar realidade a sua marca de cerveja „Luandina", Isabel dos Santos procurou um credor e finalmente o encontrou na KFW-Ipex, uma subsidiária do Kreditbank für Wiederaufbau alemão, o qual é propriedade a 80% do governo federal e a 20% dos estados federais. Afinal, a finalidade desta filial - KfW-Ipex - é promover exportações alemãs. No entanto, a filial do KfW não concedeu o empréstimo directamente a Isabel dos Santos, mas sim ao Banco de Poupança e Crédito (BPC). A BPC, por sua vez, transferiu o empréstimo, no valor de cerca de 50 milhões de euros, para a fabrica de bebidas Sodiba (Sociedade de Distribuição de Bebidas de Angola) em 2015, que assim encomendou as linhas com a Krones. Neste meio tempo, no palácio presidencial, o presidente declarou a empresa cervejeira da filha um projecto de interesse nacional e emitiu um decreto isentando a Sodiba de todos os encargos fiscais durante os primeiros dez anos de actividade.

Krones afirma não ter sabido que Isabel dos Santos estava ao leme da Sodiba quando o acordo foi concluído. No entanto, esta informação estava publicamente disponível no diário oficial angolano para todos os interessados. Segundo o website da Krones, a empresa considera „a conduta legal, ética e responsável uma parte importante e indispensável da nossa responsabilidade corporativa e social". Mas não agiram de forma responsável na escolha dos seus parceiros comerciais. Assim também o banco KfW e muitos outros que tornaram possível, em primeiro lugar, o sistema e a farsa de Isabel dos Santos.

Por Daniel Düster

Expulsos para um resort de praia

Desde a areia branca até ao esgoto

Os Luanda Leaks revelam como milhares de pessoas foram despejadas pela força de armas de uma aldeia piscatória no local previsto para um projecto de Isabel dos Santos. Os residentes que foram expulsos da praia na periferia da cidade vivem agora em condições miseráveis ao lado de esgotos abertos.



Ruínas em vez de complexo hoteleiro: mais um projeto fracassado de Isabel dos Santos. Foto: Petra Aschoff

Já passava da meia-noite quando a polícia chegou a Areia Branca, uma comunidade de pescadores numa restinga arenosa não muito longe do centro da capital de Angola, Luanda. Seguiram-se os escavadores. Quando o sol nasceu, as máquinas começaram a demolir as casas. Durante 50 anos, a área foi um refúgio de lazer para milhares de famílias de Luanda. Professores, funcionários da cidade e vendedores de peixe relaxavam em quintais espaçosos depois do trabalho. A brisa fresca do mar ajudava a manter os mosquitos afastados.

Mas as mesmas qualidades que os residentes de classe trabalhadora valorizavam em Areia Branca também atraíram um consórcio empresarial liderado por Isabel dos Santos, filha do presidente autocrático do país. Para ela o local era ideal para uma estrada costeira e um hotel de luxo que serviriam a elite de Luanda -uma das cidades de crescimento mais rápido de África. As expulsões de junho de 2013 foram então repentinas e brutais, dizem os activistas dos direitos humanos e antigos residentes.

De acordo com queixas compiladas pela organização sem fins lucrativos SOS Habitat, sediada em Luanda, a polícia e os militares, incluindo membros da guarda presidencial, algemaram e espancaram os habitantes. A polícia atirou televisores, geradores, colchões, vasos e motores de barcos para o mar e cortou o acesso à rede telefónica. Os residentes foram ordenados a ficarem até que tudo acabasse. „Mantiveram-nos a céu aberto em frente das nossas casas destruídas durante sete dias sem comida nem água“, disse Talitha Miguel, uma antiga professora de 41 anos de idade.

Quando finalmente lhes foi permitido deixar o terreno, muitos residentes instalaram-se a algumas centenas de metros de distância numa favela apinhada ao lado de um canal de drenagem propenso a inundações. Os despejos na Areia Branca iriam dar lugar a um plano de renovação urbana de 1,3 mil milhões de dólares que dos Santos estava a perseguir. Alguns meses antes de os residentes serem expulsos, a sua empresa recebeu a aprovação do presidente para gerir o projecto. A história das expulsões e as dificuldades sofridas pelos deslocados de Areia Branca, surgiu

como parte da investigação dos Luanda Leaks sobre mais de duas décadas de negócios internos que beneficiaram a mulher mais rica de África. A cobertura pelo Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos (ICIJ) e 36 parceiros de mídia também mostrou como empresas ocidentais e consultores de serviços profissionais ajudaram a construir e manter o império dos Santos.

A cobertura foi desencadeada por mais de 715.000 e-mails, contratos e outros documentos vazados recebidos pelo ICIJ da Platform to Protect Whistleblowers in Africa – PPLAAF (Plataforma para a Protecção dos Delatores em África), um grupo de advocacia com sede em Paris. Na segunda-feira, o advogado e líder do PPLAAF William Bourdon revelou que Rui Pinto, autor do website do denunciante chamado Football Leaks, tinha fornecido à sua organização os documentos sobre as Luanda Leaks.



A residente Talitha Miguel foi expulsa da sua casa em Areia Branca. Foto: Karlijn Kuijpers

Os documentos não descrevem nem mencionam as acções violentas vividas pelas 3.000 famílias de Areia Branca. No entanto, contêm mapas, actas de reuniões, estudos científicos, facturas e outros ficheiros relacionados com as decisões que selaram o destino da comunidade. Para confirmar as ligações entre as expulsões e o projecto de desenvolvimento apoiado por dos Santos, o ICIJ passou meses a comparar o material descoberto com a informação recolhida em Luanda a partir de outros documentos e entrevistas.

„A corrupção de alto nível, especialmente em sociedades extremamente desiguais, é sempre sobre direitos humanos e o abuso dos cidadãos comuns", disse Claudia Gastrow, antropóloga da Universidade de Joanesburgo. „Há vítimas reais".

A mestra do plano-mestre

Na viragem do milénio, Luanda era uma das cidades de crescimento mais rápido em África. Centenas de milhares de angolanos tinham sido forçados a procurar abrigo na relativa segurança da capital costeira durante uma longa guerra civil que terminou em 2002. Deslocados recolhiam o lixo nos becos entre casas coloniais, condomínios vigiados e restaurantes de luxo. Expulsões de moradores aconteciam diariamente. A cidade tornou-se uma das mais caras e desiguais do mundo.

Mas o caos não reflectia os sonhos de „Paris de África", abrigados pela elite angolana. Em 2010, o pai de Isabel dos Santos, Presidente José Eduardo dos Santos, atribuiu ao seu gabinete o controlo exclusivo do planeamento da parte da cidade que incluía Areia Branca. Este acordo tornou-se parte do Plano Director de Luanda, uma vez que um projecto mais amplo de redesenhar a cidade veio a ser conhecido. O Plano Director previa autoestradas arborizadas que ligariam sem problemas o centro da cidade aos centros comerciais, hotéis, marinas e novas casas. Luanda tornaria-se „o principal destino turístico de África" e representaria Angola „no seu melhor", de acordo com documentos divulgados. Os apoiantes do plano tocaram no potencial para novos empregos, receitas fiscais e valores de terrenos mais elevados.

O plano mestre precisava de uma mestra. No início de 2013, duas das empresas de Isabel dos Santos, Urbinveste e Landscape, obtiveram aprovação para supervisionar a re-

qualificação da área que incluía Areia Branca. Em comentários ao ICIJ entregues através da Carter-Ruck, uma firma de advogados do Reino Unido, Isabel dos Santos descreveu mais tarde Urbinveste como „a criadora da visão e do conceito“ por detrás do projecto. Mas ela disse que nenhum despejo estava associado à concepção do projecto, porque este seria construído sobre „terra recuperada a 100% do mar“.

No início de 2013, Urbinveste reuniu-se com Van Oord, uma empresa holandesa de dragagem, para traçar um plano do projecto. A 10 de Maio de 2013, a agência de turismo da cidade de Luanda apresentou ao presidente o "Plano dos Santos" que incluía a área de Areia Branca, de acordo com um relatório elaborado pela agência e divulgado pelo Luanda Leaks. O presidente deu luz verde ao projecto.

Uma estrada de alta velocidade, parques de estacionamento, restaurantes e um centro de negócios, substituiria a Areia Branca e outras propriedades próximas, de acordo com projectos preparados pela Urbinveste e parceiros comerciais de Isabel dos Santos. Os documentos mostram que a empresa Urbinveste recebeu pelo menos 12 milhões de dólares do governo angolano para sua contribuição no projecto.

Contratos, agendas de reuniões e documentos de planeamento das Luanda Leaks mostram que Urbinveste liderou uma equipa internacional de empreiteiros, que incluía uma empresa britânica de design de alto nível, a Broadway Malyan. A empresa britânica disse ao jornal britânico The Guardian que não tinha conhecimento de alegações de despejos forçados e que o seu trabalho previsto para o projecto não incluía a remoção de residentes. Segundo a empresa, „A Broadway Malyan está empenhada em operar de forma responsável e ética em todo o trabalho que realiza“.

Segundo acordos confidenciais, a Urbinveste actuaria como „ligação“ com agências governamentais supervisionadas pelo presidente, o pai da Isabel dos Santos. A Urbinveste empregava poucos arquitectos, designers ou peritos, como mostram documentos analisados pelo ICIJ. Os seguranças e motoristas constituíam cerca de metade do pessoal da empresa, de acordo com um relatório interno



Resort de praia em vista aérea (imagem simbólica)
Foto: Dreamstime.com / WJRVisuals

de 2017. A empresa terceirizou todos os trabalhos, desde a concepção de estradas até à importação de palmeiras.

Isabel dos Santos esteve estreitamente envolvida no planeamento. De acordo com os documentos da Luanda Leaks, em Janeiro de 2014, por exemplo, viajou para o escritório de Van Oord em Roterdão para rever os resultados dos levantamentos topográficos realizados após os despejos da Areia Branca. A agência governamental angolana responsável pela remodelação de Luanda acordou mais tarde com a Urbinveste e Van Oord um contrato de 615 milhões de dólares para redesenhar a linha costeira perto da Areia Branca, de acordo com documentos bancários partilhados entre as duas empresas.

A certa altura, Isabel dos Santos interveio quando o Ministério das Finanças de Angola indicou que poderia não ter dinheiro para financiar parte do projecto com Van Oord. „Não creio que seja um problema“, dos Santos escreveu a um assistente num e-mail, „porque vamos falar imediatamente com o Ministério das Finanças“.

Van Oord não era a única empresa ocidental envolvida. Em 2015, a KPMG em Portugal redigiu um business case de 99 páginas promovendo o projecto por 315.000 dólares. A empresa consultora gigante PwC aconselhou a Urbin-

veste sobre como encaminhar os pagamentos para Van Oord através de Dubai para acessar a dólares americanos e baixar o custo de impostos. Os gestores de contas na agência de Cabo Verde do Banco BIC, sediado em Lisboa, em parte propriedade de Isabel dos Santos, processaram os pagamentos aos consultores do projecto.

Van Oord disse que o contrato de 615 milhões de dólares era apenas um orçamento e que as empresas não recebiam este montante. Disse ter tomado conhecimento dos despejos após receber perguntas dos jornais holandeses Trouw e Het Financieele Dagblad, os quais são parceiros do ICIJ. As famílias foram removidas antes da empresa se envolver no projecto, disse Van Oord. A empresa prometeu „usar a sua influência" com o governo angolano e empreiteiros para assegurar que os antigos residentes da Areia Branca recebessem uma compensação.

Em Maio de 2019, João Lourenço, que substituiu o pai de Isabel dos Santos, cancelou os contratos para a remodelação de Luanda, descrevendo-os como excessivamente onerosos. Os novos contratos poupariam a Angola 380 milhões de dólares, disse um funcionário da administração Lourenço.

Dos Santos e Van Oord negam o superfacturamento dos preços.

Desgraçado e mortífero

A comunidade de Areia Branca nunca recuperou dos despejos: -De acordo com entrevistas muitos casamentos fracassaram, o desemprego explodiu e algumas crianças nunca regressaram à escola. Muitas famílias instalaram-se a algumas centenas de metros de distância num mundo diferente, o Povoado. Centenas vivem agora num labirinto de cabanas rodeadas por canais de esgotos. A água sobe a cada chuva, cobrindo pisos, becos e o campo de futebol improvisado com um lodo escuro. O local também tem outros perigos: „Antes eu do que uma criança", disse um homem ao jornal Trouw depois de ter escorregado e caído no esgoto em novembro do ano passado.

Os residentes queixam-se há anos da febre tifóide, infecções e diarreia, de acordo com uma carta enviada ao governador de Luanda e ao ministro da saúde de Angola. Também a Lourenço pediram ajuda, em uma carta escrita em 2018: „Vivemos em condições terríveis, a doença e a morte são constantes". Mário Rui Pinto Pires, antigo secretário de estado angolano para o investimento público, disse a outro parceiro do ICIJ, o jornal francês Le Monde, que o plano de Luanda era um „programa de infra-estrutura mal concebido que se esqueceu de pensar nas pessoas".

Lourenço, o actual presidente de Angola, recusou-se a responder às perguntas do ICIJ sobre os despejos e as queixas dos residentes. Lourenço insiste que a sua administração está ocupada a combater a corrupção. Os procuradores dizem que estão a localizar dinheiro alegadamente transferido para fora do país pela família dos Santos e associados e que estão a colaborar com os EUA, Reino Unido, Suíça, Brasil, Portugal e Congo. Semanas após o ICIJ ter feito perguntas detalhadas a Isabel dos Santos, os procuradores angolanos congelaram os seus bens e ordenaram-lhe que devolvesse mil milhões de dólares. Na sequência da publicação dos Luanda Leaks, o Ministério Público português, o banco central e a entidade reguladora do mercado de valores mobiliários anunciaram sondas nas suas transações comerciais. Isabel dos Santos insiste que não fez nada de errado e acusou Lourenço de conduzir uma „caça às bruxas" política.

Areia Branca é hoje uma praia vazia. Numa recente tarde de Outono, um policial solitário afugentava escuteiros adolescentes que la se divertiam. Onde outrora barcos transportavam tilápia fresca para a comunidade, se encontra agora uma costa poluída onde as ondas só trazem garrafas de champô vazias, assentos de carro e latas de refrigerante.

Por Will Fitzgibbon (ICIJ)

O artigo original em inglês foi publicado no dia 27 de Janeiro de 2020 no site do ICIJ: https://www.icij.org/investigations/luanda-leaks/luandaleaks-reveals-thousands-forced-at-gunpoint-from-fishingcommunity-at-site-of-dos-santos-project/



O então vice-presidente angolano Manuel Vicente com Barack e Michelle Obama no Salão Oval. Foto: The White House

A potência da segunda linha

Isabel dos Santos pode ser a representante mais proeminente da cleptocracia angolana - ela não é a única. O vice-presidente de longa data Manuel Vicente, os generais «Dino» e «Kopelipa» e um grupo de aliados leais criaram uma rede de bancos e empresas para transferir dinheiro do Estado para o estrangeiro sem serem notados. Desta forma, durante anos, enganaram sistematicamente a população angolana apoderando-se dos lucros dos recursos petrolíferos. Mas a rede ainda está intacta e os autores das fraudes ainda estão nas suas posições.

O exemplo de Manuel Vicente mostra que, mesmo para os políticos da segunda linha, o poder pode ser bastante lucrativo. À sombra da longa era de José Eduardo dos Santos, Vicente, que é licenciado em engenharia eléctrica, chegou ao topo da empresa petrolífera estatal Sonangol em uma carreira impressionante. Durante treze anos ele permaneceu à frente da empresa, que sob a sua égide se transformou em uma "galinha dos ovos de ouro" para a elite angolana. Durante este período, que também corresponde ao fim da guerra civil, a Sonangol conseguiu aumentar a sua capacidade de produção em 250 por cento e, em 2010, produziu 92 milhões de toneladas de petróleo.

Quando Manuel Vicente chegou a assumir a vice-presidência em 2012, Angola tinha-se tornado o segundo maior produtor de petróleo na África, depois da Nigéria, e o número 15 a nível mundial. Uma relação de confiança ao longo da vida liga Vicente ao seu antigo mentor José Eduardo dos Santos. Tal como ele, Vicente - que é filho de uma lavadeira e de um sapateiro - cresceu em circunstâncias simples no distrito da classe trabalhadora de Sambizanga, em Luanda. Muitas vezes na infância, a irmã mais velha de Eduardo dos Santos assumiu os cuidados de Manuel Vicente. Por causa desta relação quase familiar Vicente foi durante muito tempo considerado o herdeiro ao trono do presidente. Mas as coisas aconteceram de modo diferente; ao invés de Manuel Vicente, João Lourenço foi o sucessor em 2017.

Lourenço e os marimbondos

E desde que tomou posse, Lourenço usa todos os meios para afastar a família do seu antecessor do poder, sobretudo a sua filha Isabel e o filho José Filomeno dos Santos. A exclusão do antigo patrono e actual rival serve a Lourenço

Teia intransparente de explorações...

Para ter uma ideia da rede amplamente ramificada de empresas e instituições, vale a pena olhar um dos bancos que pertencem à rede em torno de Vicente: o Banco de Negócios Internacional (BNI). Mário Palhares, um confidente próximo do trio, é não só o accionista maioritário com 37 por cento, mas também o CEO. Isto por si só não é ilegal nem anormal, embora ele tenha sido ao mesmo tempo o chefe adjunto do Banco Central Angolano. Este último concedeu um empréstimo de 200 milhões de dólares ao BNI. Segundo o jornalista de investigação angolano Rafael Marques, contudo, o BNI não utilizou este empréstimo para habitação social, como oficialmente previsto. Em vez disso, passou o dinheiro para várias empresas de fachada em Cabo Verde, todas estas empresas accionistas do BNI. Assim, Palhares, como decisor no banco central, retirou 200 milhões de dólares, enviou-o para o seu próprio banco e de lá passou o dinheiro para empresas fictícias pertencentes a ele próprio e aos seus parceiros no banco. A ninguém faltava o dinheiro, porque este vinha do banco central, apenas a moeda esteve misteriosamente a perder valor.

O mesmo se aplica a outros bancos da rede. Palhares também tem uma participação de cinco por cento no «Banco Angolano de Investimentos» (BAI), por exemplo, que até há pouco tempo estava classificado como o maior banco comercial de Angola, e foi também o CEO durante muito tempo. Na sua função como Presidente da Sonangol, Manuel Vicente também detinha uma participação de 8,5 por cento. Era assim o accionista maioritário e também Vice-Presidente. Através de uma empresa de fachada chamada ABL, também detém anonimamente cinco por cento do BAI e recebe os dividendos correspondentes.

O BPI cabo-verdiano (Banco Privado Internacional), no qual Vicente detém 35 por cento, Palhares 20 por cento e um outro sócio chamado João Baptista de Matos 25 por cento, é também um exemplo. O mesmo Matos é também accionista a 11% do já mencionado BNI e a 5% do BAI. Um outro sócio chamado José Garcia Boyol detém os restantes 10% do BPI de Cabo Verde e 5% do BNI, do qual é também presidente adjunto. Sem pretender ser exaustivo, e mesmo sem ser necessário recordar todos os nomes dos protagonistas e dos bancos, este olhar sobre o sistema bancário angolano ilustra as inter-relações pessoais descritas acima.

de duas formas: Além de consolidar o seu poder serve também como emblema na sua luta - suposta ou real - contra a corrupção no país. De facto, a luta contra os «marimbondos», como Lourenço repetidamente chamou aos políticos corruptos, é uma promessa eleitoral central e suscitou esperanças no país e no estrangeiro para uma mudança no sentido de mais democracia e integridade.

Até que ponto vai a vontade ou o poder de Lourenço para realmente remover os «marimbondos» dos seus postos, exceto a família dos Santos, está actualmente completamente aberta. Para Vicente, em todo o caso, a mudança de poder tem decorrido até agora, de forma bastante branda. Como congressista e membro do Comité Central do partido do governo MPLA, ele continua a ocupar altos cargos no partido e no estado. Além disso, ainda tem acesso direto ao palácio presidencial como conselheiro especial do presidente em questões petrolíferas. O seu vasto e confuso império empresarial também permaneceu em grande parte intacto até à data.

As investigações do «Projecto de Relatório do Crime Organizado e da Corrupção» (OCCRP) lançam agora alguma luz sobre a escuridão dos seus negócios. Mostram que Isabel dos Santos pode ser a mulher mais rica de África, mas Vicente ainda é o homem mais rico de Angola e estima-se que a sua fortuna exceda a de Isabel.

Um trio influente

A investigação da OCCRP revela uma rede impressionante e confusa de empresas e bancos que Manuel Vicente criou em conjunto com alguns confidentes. Além de Manuel Vicente, os dois generais Leopoldino «Dino» Fragoso do Nascimento e Manuel Hélder Vieira Dias Júnior, conhecido como «Kopelipa», desempenham um papel fundamental (por uma questão de simplicidade, os dois serão referidos apenas pelos seus apelidos). Este trio é até mesmo frequentemente referido em Angola como o «triunvirato». Sob o Presidente dos Santos, o antigo General Dino foi - além das suas funções militares - Ministro de Estado e chefe das Comunicações da Presidência da República durante quinze anos. É também um dos empresários mais

bem-sucedidos do país - entre outros, é um parceiro de negócios da grande empresa metalúrgica internacional Trafigura. Já o General Kopelipa foi chefe de vários serviços secretos durante muitos anos, sob o comando de Eduardo dos Santos. Além disso, é proprietário de uma empresa de comunicação – o grupo Medianova que inclui um jornal diário, uma estação de rádio e a única emissora privada de Angola, a «TV Zimbo».

Estes três são o grupo central de cerca de uma dúzia de influentes funcionários governamentais e respectivas famílias que formam e utilizam a rede de bancos e empresas. Os mesmos nomes aparecem repetidamente em posições diferentes nestas firmas. Assim, em uma empresa uma das pessoas aparece como CEO, outra como membro do conselho de fiscalização, outra como suplente - depois, na empresa seguinte, uma pessoa é então sócio, outra atua como CEO, uma terceira como membro do conselho de fiscalização e a seguinte como empreiteiro. Em infinitas variações deste jogo de corrupção, a clique tem mantido uma aparência de legalidade a fim de obter somas consideráveis de dinheiro a serem levadas para fora do país para depois investi-las novamente nos seus próprios negócios.

A Odebrecht e a cana-de-açúcar

No coração de todos estes negócios está a já referida empresa petrolífera estatal Sonangol, que Manuel Vicente dirigiu durante muitos anos. Até ao recente colapso dos preços do petróleo devido à crise da Corona, a Sonangol gerava mais de 90 por cento das receitas de exportação e pelo menos 75 por cento das divisas angolanas, como afirma a OCCRP. Segundo o professor de Oxford Ricardo Soares de Oliveira, citado pelo projecto de jornalismo, Manuel Vicente mudou a companhia petrolífera de forma significativa. De uma empresa estatal com uma área de negócios claramente definida, foi transformada em um labirinto de filiais e joint ventures que operam a nível internacional e que actualmente operam muito para além do sector petrolífero.

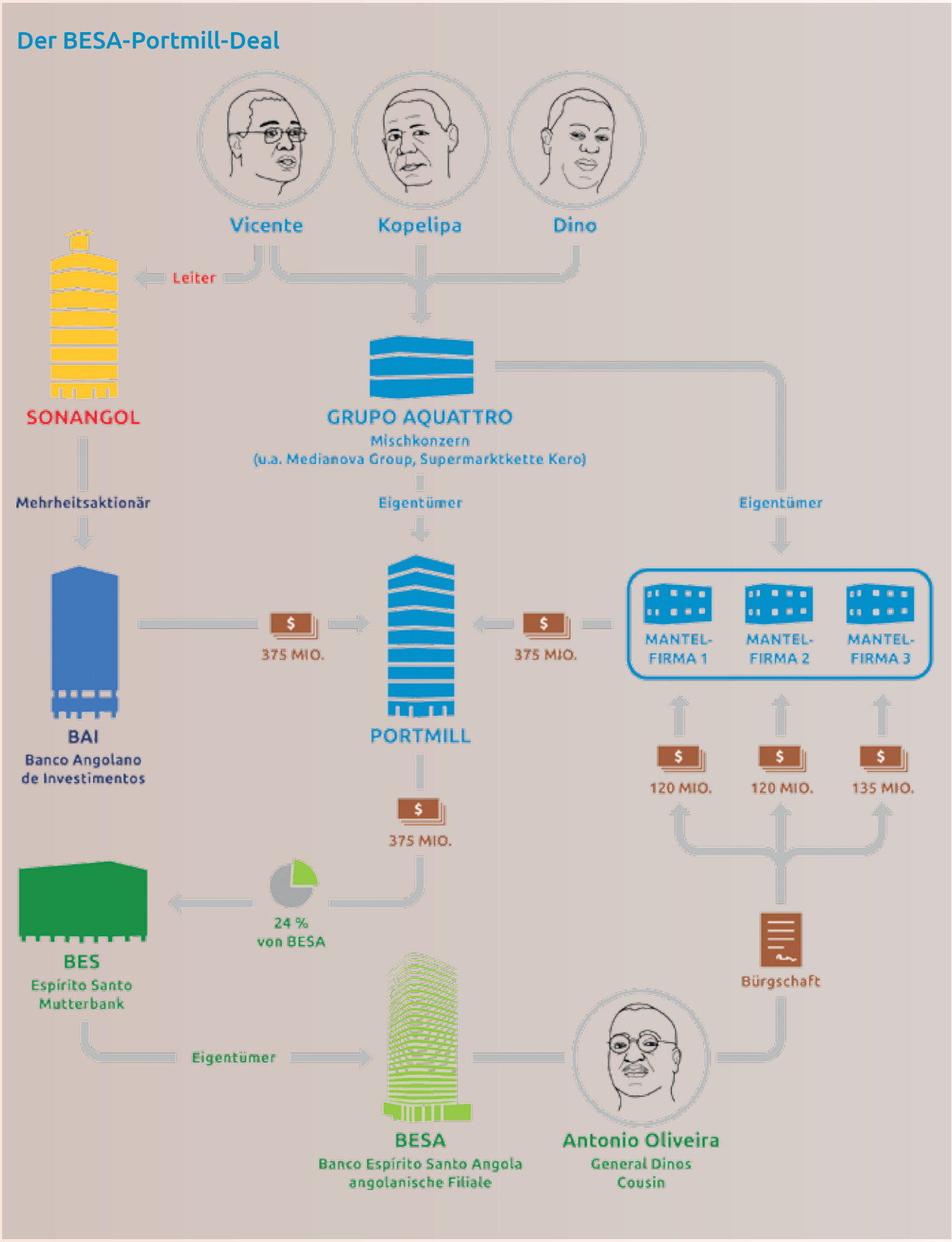
Um caso do ano 2007 envolvendo a Sonangol e o conglomerado brasileiro Odebrecht mostra de forma exemplar a forma de agir do trio: A Odebrecht e a Sonangol tinham fundado o consórcio BIOCOM para investir no cultivo da cana de açúcar na província de Malanje, no norte do país. O objectivo era a produção de açúcar, álcool e eletricidade. O conglomerado Odebrecht assumiu uma participação de 40%, uma subsidiária da Sonangol 20% e uma empresa recentemente fundada chamada Damer Indústrias participou com 40%. Segundo Rafael Marques, por trás da Damer estavam, em partes iguais, Manuel Vicente, Dino e Kopelipa, que controlavam a empresa através de algumas firmas fictícias. Dois anos depois, utilizaram a sua influência no governo - Kopelipa como Ministro de Estado e Vicente como Presidente da Sonangol - a fim de fornecer financiamento estatal para o projecto BIOCOM. Então, uma joint venture, na qual tinham uma participação de 40%, recebeu 272 milhões de dólares do tesouro do Estado. No final, a maior parte deste dinheiro provinha das receitas da própria Sonangol.

O caso mostra claramente como um círculo de liderança influente abusou do seu poder canalizando dinheiro público para as suas empresas privadas. Estas empresas, no entanto, são frequentemente empresas puramente de investimento cujo modelo de negócio geralmente não pode prescindir do investimento externo de capital e know-how. O investidor estrangeiro compra, portanto, acesso ao recurso desejado, neste caso a terra arável para a produção de cana de açúcar, partilhando os lucros com os decisores locais, por exemplo através de joint ventures duvidosas. Neste exemplo, 40 por cento foram para o investidor, 40 por cento para as elites locais e 20 por cento para o estado angolano. Para completar as elites locais, no entanto, ainda receberem 250 milhões de dólares de bónus do estado após dois anos. Neste caso - como um exemplo de cooperação Sul-Sul bem-sucedida - o investidor era um conglomerado brasileiro, mas de modo geral este tipo de negócio é feito com empresas ocidentais ou chinesas. Nos anos seguintes, o projecto da cana de açúcar trouxe bons lucros ao consórcio, mas a Odebrecht foi mais tarde condenada por um tribunal brasileiro por condições de trabalho em Malanje descritas como «semelhantes à escravatura».[1] Da multa de 10 milhões de dólares a que a multinacional foi condenada, no entanto, nada chegou aos 400 trabalhadores em Angola.

O negócio da BESA - Portmill

Com base nos factos publicados, o colectivo de jornalismo ICIJ (International Consortium of Investigative Journalists), entre outros, já preencheu muitas páginas, iluminando toda a rede da cleptocracia angolana e investigando muitos casos individuais de fraude, concessão de benefícios, nepotismo, suborno e violações dos direitos humanos. Portanto, aqui estão apenas alguns exemplos destas práticas, porque, segundo a ex-membro portuguesa do Parla-

Der BESA-Portmill-Deal



Darstellung: Jan Philipp Huss

mento Europeu, Ana Gomes, o que sabemos hoje é provavelmente pouco mais do que a ponta do iceberg. Assim, para termos uma ideia da energia criminosa que Vicente, Dino, Kopelipa e os seus associados investiram, tomemos como exemplo o caso da BESA. Este banco filial da antiga instituição de crédito portuguesa BES é primeiro parcialmente vendido, depois vai à falência, é resgatado, dividido, rebaptizado - e no final é sempre o trio que ganha.

Imagine que quer comprar acções de um banco. Quer comprar um quarto do banco, por 375 milhões de dólares. Mas em vez de simplesmente pagar esses 375 milhões, obtém um empréstimo a juros baixos de 375 milhões do mesmo banco que pretende comprar. E, além disso, recebe de outro banco o mesmo montante como empréstimo. Esta terra da abundância é Angola no meio da crise financeira de 2009 e os senhores que se aproveitam do dinheiro "caído do céu" são, sem muita surpresa, Manuel Domingos Vicente, o General Dino e o General Kopelipa. Mas como o conseguiram?

Em 2009, o banco tradicional português BES (Banco Espírito Santo) entrou em turbulência por causa dos choques nos mercados financeiros internacionais. A fim de obter mais liquidez, o banco vendeu 24 por cento da sua filial angolana em dificuldades, o BESA (Banco Espírito Santo Angola), que estava sentado em muitos empréstimos ruins. Um comprador foi rapidamente encontrado: uma sociedade anónima angolana, até então desconhecida, chamada «Portmill Investimentos e Telecomunicações». Como relata o jornalista angolano de investigação Rafael Marques, Portmill é, por sua vez, uma filial do «Grupo Aquattro». Dino, Kopelipa e Vicente são os proprietários deste conglomerado, do qual nos anos 2007 e 2008 ainda foram fundadas cerca de 40 outras filiais, incluindo grandes empresas e grupos tais como o Grupo Medianova e a cadeia de supermercados Kero.

Assim, a venda das acções do BESA foi feita para uma empresa formalmente independente, que, no entanto, em última análise, está sob o controlo de Dino, Kopelipa e Manuel Vicente. Entre as 40 filiais do «Grupo Aquattro», a filial Portmill tem ainda três «empresas irmãs», com as quais - não por coincidência - partilha um endereço em Luanda, nomeadamente um apartamento na Rua Luís Mota Fêo No. 3. Assim, estas empresas podem ser claramente chamadas empresas fictícias ou «letter-box companies».

A 20 de Novembro de 2009, estas três empresas fictícias solicitaram, cada uma por si, um empréstimo ao BESA. A «irmã maior» Portmill garante o aval necessário para as três empresas, e uma semana depois duas das empresas recebem 120 milhões cada, a terceira 135 milhões - um total de 375 milhões de dólares. Algumas horas após a recepção do pagamento, as três empresas retiram o dinheiro e redirecionam a soma a Portmill, a qual recebe o montante no mesmo dia. De acordo com Rafael Marques, António Carlos Oliveira, primo do General Dino, foi o fiador dos empréstimos às três empresas fantasma. Assim, a Portmill, que é indirectamente propriedade do trio, recebe um empréstimo da BESA através de três outras empresas fictícias, que também são propriedade do trio, a fim de comprar uma parte da BESA. Além disso, recebem outro empréstimo de 375 milhões de dólares de um outro banco, o BAI (Banco Angolano de Investimentos), no qual Manuel Vicente era também o principal accionista através da Sonangol com uma quota de 8,5 por cento (para além dos cinco por cento que detinha privadamente através da empresa fantasma ABL). Este empréstimo provindo do BAI foi também oficialmente reservado para a compra de acções da BESA, mas desde então nada se sabe sobre o paradeiro da soma.

Porquê tudo isto? Porque, como Rafael Marques corretamente assinala, esta suposta injecção de capital beneficiou principalmente o vacilante banco mãe BES em Portugal. Embora só se possa especular, parece plausível que o trio tenha intervindo não só para não desapontar o seu antigo parceiro de negócios Ricardo Salgado, CEO do BES Portugal. Os receios eram provavelmente demasiado grandes de que uma falência do BES pudesse também derrubar o BESA, o que no final iria contra os interesses do próprio trio. O General Dino, por exemplo, com 62 por cento era o accionista maioritário da Geni Novas Tecnologias, a qual era com 19 por cento accionista da BESA.

Certamente, a falência do BES e do BESA não teria sido do seu interesse. Assim, com o capital aparentemente fresco, o valor do banco voltou a subir[2]. Além disso, Dino queria certamente evitar perdas para a sua empresa Dinagest, que tinha ali depósitos de 300 milhões de dólares. E por final, os três tornaram-se subitamente os accionistas mais importantes do BESA, um dos maiores bancos do país.

Resumindo brevemente: Os três parceiros obtiveram empréstimos de 750 milhões de dólares de dois bancos, nos quais detêm importantes blocos de acções, a fim de, com a metade destes empréstimos, aumentar a sua quota no primeiro banco, BESA. Isto permitiu-lhes proteger as suas

acções e depósitos no banco, aumentar a sua influência neste mesmo banco e, além disso, ainda dispunham da outra metade dos empréstimos que lhes restavam para os investir de outra forma.

Mas a história ainda não acabou aqui, porque, como esperado, o BESA não alterou as suas práticas comerciais. O «modelo de negócio» do banco, que a política europeia Ana Gomes descreveu sucintamente como um «mealheiro para a classe alta de Angola», continuou a consistir na concessão de empréstimos à elite e aos seus familiares sem qualquer controle. O banco foi, portanto, provavelmente concebido desde o início não para ter lucro, mas sim - até ao momento da insolvência, que foi adiada na medida do possível - para distribuir dinheiro aos poderosos de Angola enchendo os seus bolsos ou para fazer favores na compra de lealdade. Desta forma, o banco desviou 80% do seu capital, deixando em 2014 um buraco de pelo menos três bilhões de euros nos livros do banco. Esta foi uma das razões pelas quais o banco mãe BES em Portugal voltou a experimentar uma turbulência considerável, ainda que a responsabilidade por esta situação não se tenha limitado de forma alguma a Angola. No final, o BES teve de ser resgatado pelo Estado português e posteriormente afastou-se do seu banco filial em Angola, renunciando às suas acções sem compensação. Assim, o BESA, por sua vez, teve de ser liquidado.

> Vicente e os seus amigos tiraram as receitas petrolíferas do seu país e deram-nas às suas próprias empresas para salvar e adquirir um banco que anteriormente tinham arruinado sistematicamente.

O banco foi então dividido: Foi fundado um novo banco chamado «Banco Económico» (BE), que assumiu as acções "saudáveis", enquanto que o BESA, como «bad bank», ficou sentado sobre os seus maus empréstimos e foi extinto. Nesta altura, uma nova e desconhecida empresa chamada «Lektron Capital» apareceu em cena e recebeu 31% das acções do novo banco. O seu diretor geral, Zandré Endénio de Campos, já era o director geral da Portmill, a empresa de fachada do trio Vicente, Dino e Kopelipa. Logicamente isso não era coincidência. Embora o trio sempre o tivesse negado, o procurador público angolano confirmou em Junho de 2019 que os beneficiários finais da empresa Lektron eram os três políticos bem conhecidos: Manuel Vicente e os dois generais, os quais nem sequer se deram ao trabalho de encontrar um novo testa-de-ferro para a Lektron - sua nova empresa fantasma. Assim, Zandré de Campos permaneceu no seu posto, apenas que em vez de Portmill era agora a Lektron Capital e o o banco, ao invés de BESA, passou a chamar-se Banco Económico.

Mas havia uma diferença: a quota da Lektron na BE é ainda hoje de 31% em vez dos 24% de Portmill detidos na BESA. Para se compensar pelos custos incorridos pela parte mais elevada, optou-se por um truque simples. Como chefe da empresa petrolífera Sonangol, Manuel Vicente transferiu sem cerimónia uma «subvenção de arranque» de 125 milhões de dólares para a sua empresa fantasma Lektron. Além disso, a Sonangol assumiu a totalidade dos 650 milhões de dólares necessários para transformar o BESA insolvente no novo Banco Económico. Além disso, a empresa estatal pagou não só pelas suas próprias acções de 40%, mas também pelas acções da Geni Novas Tecnologias (19%), que, como mencionado, também pertence à General Dino. Assim, Vicente e os seus amigos tiraram as receitas petrolíferas do seu país e deram-nas às suas próprias empresas para salvar e adquirir um banco que anteriormente tinham arruinado sistematicamente.

Tudo isto aconteceu não só em detrimento dos cidadãos de Angola, mas também, como aponta Rafael Marques, em detrimento de Portugal. Dos 78 bilhões que Portugal teve de pedir emprestado sob a supervisão da troika, 12 bilhões foram para os bancos, cinco dos quais para o BES. Quando a situação financeira do banco se agravou em 2014 ao ponto de ameaçar ir à falência, o Estado português ajudou o BES com empréstimos vindos da União Europeia no valor de 4 bilhões de euros. Para Portugal, esta foi uma soma enorme, que ascendeu a mais de dois por cento do PIB anual. No entanto, muitos actores em Portugal têm tanta responsabilidade pela corrupção como a famigerada cleptocracia angolana.

A filial angolana BESA nunca poderia ter agido como agiu se o banco mãe - o venerável Banco Espírito Santo em Lisboa - não tivesse feito vista grossa às falcatruas. O seu antigo patrão e bisneto do fundador do banco, Ricardo do Espírito Santo Salgado, tinha conduzido - juntamente com o seu tio e um primo - a empresa que já foi a segunda maior instituição de crédito portuguesa. Salgado também foi quem levou a empresa à bancarrota por corrupção grave da sua parte[3]. Neste sentido havia nomeado e protegido pessoalmente o antigo presidente do BESA, Álvaro Sob-

Operação Fizz



A ex-eurodeputada socialista Ana Maria Gomes. Foto: European Union 2012 - EP / cc: by-sa

Sob o nome de «Operação Fizz», um escândalo judicial tornou-se público em Portugal em 2014. O procurador do Ministério Público, Orlando Figueira do Gabinete Central para as Investigações e a Acusação, tinha aceitado uma soma de 763.000 euros em troca do abandono das investigações em curso. As investigações diziam respeito à venda de acções da BESA à empresa Portmill. Como resultado, Manuel Vicente foi logicamente um dos principais suspeitos no caso do suborno a Figueira e acabou por ser condenado à revelia.

Contudo, de acordo com Ana Gomes, o procurador público Figueira expressou uma versão diferente da história, tanto em tribunal como em conversa com ela: Não foi Manuel Vicente quem o subornou, mas sim dois intermediários através dos quais o suborno deveria ser pago. Estes intermediários eram o conhecido advogado português Daniel Proença de Carvalho e o CEO do BNI Europa (o banco subsidiário do BNI Angola liderado por Mário Palhares), Carlos Silva, que agiu a mando de Isabel dos Santos, desacreditando assim o seu rival Manuel Vicente na Europa e impedindo a sua possível presidência. «Apesar destas graves acusações, no entanto, nem Proença de Carvalho nem Silva foram processados legalmente. Tenho estado na televisão várias vezes e tenho perguntado publicamente porque não são convocados, mas aparentemente gozam de proteção na Justiça», disse Ana Gomes.

Ainda não está claro se se trata de uma mera cortina de fumo criada pelo procurador ou de uma acusação grave. Mas independentemente de Figueira estar ou não a dizer a verdade no final, este caso é prova da rivalidade entre Isabel dos Santos e Manuel Vicente. Pois ou Figueira tinha razão e Isabel dos Santos queria prejudicar Vicente - ou mentiu e queria proteger a reputação de Vicente à custa da filha do Presidente.

rinho, que tinha desviado cerca de 600 milhões de dólares durante o seu mandato, contribuindo assim significativamente para a falência do banco.

Contudo, de acordo com Ana Gomes, outros actores também desempenharam um papel negativo na questão. Ela acusa a troika, que na altura tinha assumido, entre outras coisas, a supervisão bancária em Portugal, em fazer vista grossa enquanto a lei europeia estava a ser violada. Também outras autoridades portuguesas e europeias falharam não reagindo apesar das suas numerosas queixas. «Não podiam ter sido mais indiferentes», disse Gomes resignadamente. A accao do poder judicial português foi pouco visível. A notícia de que o promotor público português Orlando Figuira tinha sido subornado com cerca de 750 mil euros para se abster de processar Manuel Vicente pelo negócio BESA-Portmill causou uma grande agitação em Portugal. Contudo, este espetacular caso de corrupção foi apenas um em uma cadeia de acontecimentos em que o poder judicial português não agiu apesar das provas disponíveis. Assim, atrasou o início das investigações sobre o acordo de Portmill da BESA e finalmente encerrou o caso em 2015. A justificação do procurador responsável Matos, que ignorou deliberadamente uma série de circunstâncias, foi de que: «Portmill mostrou que tinha recebido um empréstimo de 375 milhões de dólares do Banco de Investimento Angolano BAI para comprar as acções [do BESA] a 7 de Dezembro de 2009». Por conseguinte, concluiu que

não havia mais informações disponíveis que justificassem uma nova investigação.

Entretanto, embora Vicente tenha sido condenado em Portugal, Angola recusa-se a extraditar o ex-vice-presidente. E mesmo que se concorde que a extradição de um político de alto nível para o antigo poder colonial tenha um gosto desagradável, é impressionante que o próprio Ministério Público em Luanda não tenha até agora tomado quaisquer medidas para escrutinar Vicente e a sua clique. O trio e os seus cúmplices estão extremamente bem ligados e extremamente enraizados nas estruturas de poder existentes para que uma mudança no topo do poder os possa abalar seriamente.

E embora a glamorosa Isabel dos Santos e a sua ilustre família tenham caído em desgraça e feito as manchetes mesmo no Ocidente, grande parte da antiga e actual elite continua a atuar como sempre voando sob o radar. Os próximos meses mostrarão se a actual crise do Covid-19, que atualmente parece fazer mais mal do que bem ao Presidente Lourenço, irá, além de todos os outros danos, dar novamente um impulso aos protagonistas da velha ordem.

Notas de rodapé

1. Anteriormente, os investimentos da Odebrecht na extracção de diamantes em Angola levaram a graves violações dos direitos humanos. Segundo a Deutsche Welle e Rafael Marques, foram documentados casos de violação, tortura e assassinato de aldeões e mineiros. No contexto do grande escândalo de corrupção «Lava Jato» no Brasil, foi também revelado que a Odebrecht pagou 20 milhões de dólares a um membro do governo em Angola, mas o seu nome não foi publicado. A Odebrecht aparentemente manteve um departamento empresarial separado para «operações estruturadas», como os subornos a decisores estrangeiros eram disfarçados.

2. Rafael Marques cita como comparação o caso do banco Lehman Brothers, que, confrontado com uma situação financeira cada vez mais desesperada, começou em 2008 a conceder ilegalmente empréstimos para a compra das suas próprias acções numa tentativa desesperada de aumentar o seu valor. Alguns meses mais tarde, a instituição foi à falência.

3. A principal razão para o desequilíbrio foi a ocultação por Ricardo Salgado das perdas da holding financeira ESI (Espírito Santo Internacional) no valor de 1,3 mil milhões de euros. A maior parte do dinheiro tinha sido canalizado para uma empresa fantasma na Suíça, através da qual Salgado financiou secretamente a rede corporativa da sua família. Quando Rioforte, um grupo de empresas desta rede e o principal devedor do BES, entrou em dificuldades financeiras, Salgado cobriu-a até Rioforte declarar falência e o BES, como seu credor, entrou em insolvência com ela.

Por Daniel Düster



Não são somente os chamados paraísos fiscais que estão envolvidos em lavagem de dinheiro. Foto: Dreamstime.com / Gorlov

«A Alemanha é um centro de lavagem de dinheiro na Europa»

Entrevista com o Eurodeputado alemão Sven Giegold

Sven Giegold é deputado do Parlamento Europeu e membro do Partido Verde. O porta-voz dos Verdes alemães no Parlamento Europeu também lidera a sua fração na Comissão de Assuntos Económicos e Monetários. Ele está engajado já há muitos anos na luta contra o branqueamento de capitais e para a criação de uma autoridade pública europeia contra a lavagem de dinheiro.

Afrika Süd: Ouvimos repetidamente que políticos corruptos tiram dinheiro dos seus países, direccionando-o para paraísos fiscais: Como é que isso funciona exactamente?

Sven Giegold: Claro que existem diferentes formas. Normalmente, constroem-se empresas fictícias e depois os actores que lucram indevidamente com o dinheiro do Estado pagam montantes elevados a estas empresas fantasmas. Esta é a forma normal de transferir dinheiro para fora do país. Portanto, suponhamos que uma empresa precisa de uma licença, então a empresa em questão - ou um particular ligado a esta - paga grandes somas de dinheiro à empresa fictícia do decisor político a ser subornado. O objectivo é que estas transações financeiras não vão diretamente para a conta do político, mas para uma empresa fantasma cujo proprietário não seja devidamente verificado ou fique camuflado de alguma outra forma. Teoricamente, temos leis em todo o mundo que foram feitas para impedir que pessoas politicamente expostas - os chamados PEPs- possam entrar facilmente em posse de tais empresas fictícias que apresentam grandes entradas de dinheiro. Mas há sempre bancos e países onde isto não é devidamente verificado e é claro que se pode sempre obter um testa-de-ferro. As mulheres estão claramente subrepresentadas em todo este negócio, por isso vou me referir nisso mais ao sexo masculino.

Em que medida existem actores europeus envolvidos nos Luandas Leaks?

Não sou um perito nos Luanda Leaks. Tudo o que sei sobre o assunto também sei através da mídia. Mas o que posso dizer muito claramente sobre o lado alemão é isso: O fac-

to de o KfW-Ipex ter concedido este empréstimo chama a atenção à um grande problema na atuação dos bancos de fomento. Uma vez que são bancos de desenvolvimento estatais, têm um volume de negócios acima da média com PEPs. Isto faz parte da natureza do negócio que eles fazem. Há alguns dias, foi revelado que o Banco Europeu de Investimento - o maior banco de investimento além do KfW – não tem atuado com a cautela necessária ao verificar os contactos com os clientes. E isso significa que desde há cerca de vinte anos - desde que estas regras rigorosas estão em vigor - eles têm feito "vista grossa" a muitos negócios. A suspeita é que o mesmo acontece no KfW. Por isso, do ponto de vista alemão, o mais importante para mim não é apenas verificar este caso em especial. Em vez disso, tem que se verificar de forma retrospectiva se os princípios devidos de cautela e diligência, especialmente na área do financiamento do desenvolvimento, foram cumpridos pelos bancos. Além disso é necessária a realização e a posterior publicação de uma auditoria própria. Isso é de importância central para mim. O KfW e o BEI (Banco Europeu de Investimento) devem pô-lo em marcha sem demora. E receio que se isto for feito a sério, mais alguns Luanda Leaks virão à luz. Para mim, esta é apenas a ponta do iceberg que foi descoberta.

O senhor estava apenas a falar dos chamados PEPs. Existe um procedimento ou leis especiais sobre como lidar com estas pessoas?

Sim, claro, a lei é muito clara. Eu próprio sou uma pessoa politicamente exposta, tal como a maioria dos políticos. Assim que realizamos quaisquer transacções bancárias ou financeiras, o direito europeu e internacional estipula que devem ser efetuados controles mais rigorosos. Deixem-me dá-lo um exemplo: Nós, ou seja, a minha família, compramos aqui uma antiga quinta e financiamos em parte com os nossos próprios recursos e em parte com um empréstimo. Neste momento o banco que concede o empréstimo tem de me perguntar: «Onde é que conseguiu realmente o seu dinheiro? Têm de verificar se os meus próprios recursos são proporcionais aos meus rendimentos. E se não for proporcional, então não estão autorizados a fazer tal negócio. No meu caso foi o banco de poupança local daqui, e que fez um trabalho decente. Mas o KfW-Ipex obviamente não o fez no que se refere à Isabel dos Santos. Pelo contrário, o KfW-Ipex externalizou os seus deveres e medidas de diligência para um banco angolano, que por sua vez estava ligado à família dos Santos. Isto é, evidentemente, uma violação flagrante dos deveres de diligência do banco e pode se assumir que isto não aconteceu apenas uma vez. É por isso que apelo a uma análise minuciosa não só neste caso, mas também a uma auditoria do cumprimento dos princípios de diligência no passado, pelo menos desde que as regras sobre branqueamento de capitais foram reforçadas a nível europeu, e isso aconteceu em 2007. Neste sentido a chamada Diretiva III de combate ao branqueamento de capitais prevê que sejam aplicadas deveres de diligência mais rigorosas às pessoas politicamente expostas.

Os Verdes ou outros partidos tencionam tomar medidas também? Existem iniciativas dos Verdes europeus ou de outros grupos políticos a favor de leis que dificultem a lavagem de dinheiro?

Na sequência das acusações contra o Banco Europeu de Investimento, exigi naturalmente que fosse realizada uma auditoria a nível europeu, e farei disso um tema de discussão também no Parlamento. A nível alemão, isto teria de ser perguntado aos colegas no Bundestag (parlamento alemão). Eu não sou o porta-voz (risos). Posso dizer apenas uma coisa: continuaremos a insistir em intensificar os regulamentos sobre lavagem de dinheiro, e uma questão muito central nisto é que estes deveres de diligência sejam inspecionados a nível nacional. As normas e padrões globais no âmbito do FATF (Financial Action Task Force on Money Laundering) serão traduzidas para o direito europeu. Trata-se, neste caso, da diretiva contra a lavagem de dinheiro; chegámos agora à quinta alteração desta diretiva. No entanto, a aplicação destas regras é da responsabilidade das entidades administrativas de cada país. O problema é que existe concorrência aqui: isto significa que cada país está atento para garantir que não é demasiado rigoroso, para que os negócios sejam feitos no seu próprio país e não em qualquer outro lugar. O resultado disto é que muitos países - e infelizmente a Alemanha é um deles – não tem o rigor necessário neste aspecto.

A Alemanha é um centro de lavagem de dinheiro na Europa. A polícia italiana queixa-se regularmente dos baixos padrões na Alemanha, de que a cooperação internacional não funciona correctamente e de que a máfia lava aqui o seu dinheiro. Sabemos da forte presença do crime organiz-

ado russo e árabe. Dei-me tão bem com a querida e altamente competente colega socialista Ana Gomes porque ela vê a mesma miséria acontecendo em Portugal. Durante muito tempo, Portugal também sempre fez vista grossa e geriu o seu próprio paraíso fiscal em Madeira, bem como os seus negócios sujos com Angola e outras ex-colónias. O facto é que, a nível nacional, tais controles funcionam mal porque os países sempre levam em conta os próprios interesses económicos. É por isso que precisamos de entidades públicas a nível europeu de combate à lavagem de dinheiro. É precisamente isso que a Comissão Europeia agora quer iniciar e este foi o resultado pelo qual estive a trabalhar acima de tudo. A minha tarefa, portanto, não é esclarecer os casos a nível nacional – já que não estou na polícia nem na Procudaroria Geral da República - mas assegurar que os controles se tornem tão rigorosos que haja cada vez menos transacções deste tipo. E essa é a responsabilidade europeia.

Como vê as oportunidades de que algo realmente eficaz ser criado nesta área?

Vejo boas oportunidades. Já fizemos grandes progressos. Em 2007 tivemos a Diretiva III contra a lavagem de dinheiro, seguida pelas Diretivas IV e V, que são ainda mais rigorosas. O Parlamento Europeu, através de uma série de comissões, para abordou os escândalos financeiros que ocorreram, tais como Panama Papers, os problemas em Malta, LuxLeaks, Paradise Papers, etc. Houve uma longa série de leaks que mostraram como o sistema financeiro global e europeu é fraco em relação aos PEPs. Olhar para os Panama Papers e ver todas as pessoas que obviamente tinham lá empresas fantasmas, é insuportável. Este é também um retrato da moral das elites políticas em muitos países que tinham empresas fictícias para fazer negócios. Isto é o oposto do que está escrito nas leis e directrizes do FATF e do AMLD. O que a Comissão Europeia quer agora fazer é intensificar e reforçar a aplicação destas leis. Finalmente tem o apoio dos Ministros da Economia e Finanças. Quando a lei contra a lavagem de dinheiro for então apresentada os conflitos habituais certamente voltarão, porque os países não vão querer abdicar dos seus privilégios. Neste sentido, vejo a minha tarefa principalmente em reforçar a posição do Parlamento Europeu nesta questão a nível europeu.

O que tem a dizer sobre paraísos fiscais europeus como Malta, Países Baixos, Londres, etc.?

Bem, antes de tudo peço que eliminem a expressão «paraíso fiscal», isto não tem nada a ver com um paraíso, porque o paraíso é um lugar divino (risos). "Oásis fiscal" também não se aplica, "pântano fiscal" seria o mais correto. Porque é que temos uma coisa destas na Europa? Porque na Europa as questões fiscais são reguladas por unanimidade e os estados membros não estão dispostos a realmente pisar aos pés dos seus vizinhos quando se trata de questões fiscais. As questões relativas à lavagem de dinheiro já são outra coisa; são decididas pela maioria de votos, o que de facto facilita a aplicação de regras mais estritas. Um problema que tivemos foi que, na questão de impostos, alguns países se sentem mais prejudicados do que outros, como é o caso da Alemanha, sendo ela própria um ponto de lavagem de dinheiro. Especialmente quando falamos de lavagem de dinheiro, esta divisão em pequenas ilhas, por um lado, e grandes estados, por outro, não ajuda. Tinha toda a razão em mencionar Londres, mas também da mesma forma podíamos ter nos referido a Alemanha. A Alemanha é um país onde o dinheiro é lavado em grande escala.

A Alemanha esteve também centralmente envolvida em muitos ouros grandes escândalos de lavagem de dinheiro, como por exemplo, o «Laundromat». Veja por exemplo o Deutsche Bank e as actividades das suas filiais: O Deutsche Bank afirma pela enésima vez que está agora a fazer tudo de forma diferente. Se isso é verdade ou não só poderemos julgar daqui a alguns anos. No entanto o facto é que esta ideia de que existem alguns locais que são problemáticos, mas que de modo geral o resto do sistema financeiro está em ordem - esta comparação não é sustentável. E tudo isto é possível porque, por um lado, alguns estados pertencentes a União Europeia estão sempre relutantes em aceitar o que é decidido a nível europeu, e, por outro lado, os grandes estados membros, que na realidade teriam um maior interesse económico em regras mais estritas, não fizeram disto uma prioridade.

Entrevista feita com Sven Giegold por Daniel Düster no dia 1.5.2020


Champagne